

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.346.974 - RS (2018/0209290-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE** : JONAS BENNECH  
**ADVOGADOS** : FELIPE FLORIANI BECKER - RS048826  
FABRÍCIO MARÇAL FISCH - RS057813  
EMMANUEL RECHE BECKER E OUTRO(S) - RS084677  
**AGRAVADO** : DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
**PROCURADORES** : MARLISE FISCHER GEHRES - RS050819  
PAULA FERREIRA KRIEGER E OUTRO(S) - RS0057189

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E DIREITO ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. MULTA DE TRÂNSITO. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência da Súmula 283 do STF.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 163):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. AUTUAÇÃO POR EXCESSO DE VELOCIDADE. ALEGAÇÃO DE NULIDADE NO AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. DUPLA NOTIFICAÇÃO. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. REVELIA DO APELANTE. DECISÃO ADMINISTRATIVA NÃO FUNDAMENTADA. NULIDADE AFASTADA.

1. Hipótese em que restou comprovado nos autos que o autor foi cientificado de todas as fases do processo administrativo instaurado junto ao Departamento Estadual de Transito - Detran.

2. Se na revelia não são articulados argumentos defensivos, não há como exigir-se da autoridade administrativa a elucubração de teses defensivas não articuladas. No caso, diante da revelia da apelante, suficiente era a ratificação de consistência dos autos de infrações, o que ocorreu, não havendo ilegalidade a ser reconhecida.

NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

Embargos de declaração rejeitados.

No recurso especial o recorrente alega violação dos artigos 489, III, e 1.022 do CPC/2015, ao argumento de que a Corte local não se manifestou a respeito de pontos importantes ao deslinde da controvérsia.

No mérito, o requerente sustenta ofensa aos artigos 20, *caput*, da Lei n. 9.784/99, e 281, *caput*, do CTB, com o argumento de que a imposição de penalidade de multa de trânsito não pode ser automatizada, sob pena de se estar afastando o direito à ampla defesa e contraditório.

Sem contrarrazões, conforme certidão de fl. 232.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontra presente o óbice apontado na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

No que diz respeito aos artigos 20, *caput*, da Lei n. 9.784/99, e 281, *caput*, do CTB, a Corte de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmou compreensão de que a aplicação da multa discutida, *in casu*, atendeu aos ditames legais e garantiu o direito à ampla defesa e contraditório. Destaca-se:

No caso, pelo que se infere do extrato do Auto de Infração de Trânsito juntado à fl. 75, os procedimentos observaram ao disposto nos artigos 280 e 281, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, na medida em que foi notificado da instauração do expediente (13/06/2011), bem como da aplicação da penalidade (18/08/2011).

Assim, incontestes a legalidade dos atos administrativos, porquanto observados os requisitos legais, com a dupla notificação do condutor, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como as orientações previstas na legislação vigente - Resolução nº 149/2003, do CONTRAN c/c Súmula 312 do STJ1, não há falar em nulidade dos autos de infração.

No que tange à ausência de fundamentação, preceitua o CTB que a autoridade de trânsito "julgará a consistência do auto de infração e aplicará a penalidade cabível" (art. 281, *caput*).

Na espécie, conforme se vê das fls. 79/80, o termo de consistência da infração ora impugnada foi julgado em lote, em razão da revelia, que induz a presunção de confissão quanto à matéria de fato (art. 319 do CPC).

Ora, se na revelia não são articulados argumentos defensivos, não há como exigir-se da autoridade administrativa a elucubração de teses defensivas não articuladas.

Assim, tem-se que a revisão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide ao caso a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de maio de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator